

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER: TENSÕES E DESAFIOS DE UM PROJETO CONTRA-HEGEMÔNICO NO DISTRITO FEDERAL, 1995 – 1998¹

Ms. ROBERTO LIÃO JUNIOR

Professor de Educação Física, Secretaria de Educação do DF

Mestre Faculdade de Educação Física/Unicamp

E-mail: liaojr@ig.com.br

RESUMO

O artigo investiga os processos inerentes à gestão de políticas públicas de educação física, esporte e lazer no GDF de 1995 a 1998, durante o governo Cristovam Buarque. O desenvolvimento de princípios materializados em ações no segmento apontou perspectivas de uma gestão pautada no interesse público, na transparência, na impessoalidade e na descentralização administrativa, a despeito das contradições internas e da tardia iniciativa dos setores mais estratégicos da área no “governo democrático e popular”, quanto à implementação e afirmação da educação física, do esporte e do lazer como direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; educação física; esporte; lazer.

-
1. Artigo extraído/ adaptado a partir do projeto de dissertação, junto ao Programa de Pós-Graduação, mestrado em educação física, na FEF/Unicamp, área de concentração estudos do lazer, na linha de pesquisa em políticas e diretrizes de ação da educação física, esporte e lazer.

DISTRITO FEDERAL, UMA UNIDADE DA FEDERAÇÃO! BRASÍLIA É UMA ILHA?



Área: 5.783 Km²

FIGURA 1: Regiões administrativas do Distrito Federal

*Brasília é uma ilha eu falo porque eu sei
Uma cidade que fabrica sua própria lei
Aonde se vive mais ou menos
como na Disneylândia
Se essa palhaçada fosse na Cinelândia
la juntar muita gente pra pegar na saída
Pra fazer justiça uma vez na vida...*

Herbert Vianna

Brasília, na condição de capital político-administrativa do Brasil, não deve ser entendida como sinônimo do Distrito Federal (DF), este com uma população de 2.051.146 habitantes, segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2000); tem o maior índice de alfabetização do país: 94,8% da população sabe ler e escrever, o abastecimento de água chega 88,7% das casas, 84% são atendidas por rede de esgoto e 97% têm coleta de lixo.

Paradoxalmente aos indicadores de alfabetização, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo do DF em relação às demais unidades da federação, o Mapa do Fim da Fome (FGV, 2001) identifica que o Brasil tem quase 30% da sua população (29,26%) com uma remuneração inferior a 80 reais por

mês, o que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) seria o mínimo necessário para o consumo de uma pequena cesta básica. Os indicadores sociais no DF desmentem a tese de exceção: 16,21% dos habitantes recebem uma renda mensal inferior ao valor anteriormente referido, o que em números absolutos aponta aproximadamente 320 cidadãos nesta condição.

Em um outro estudo desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2000, correlacionando permanência na escola e remuneração, constatou-se que apenas 17,3% dos trabalhadores no DF têm nível superior.

A Receita Federal baseada em informações do ano de 1999 divulgou dados que dão a devida dimensão da desigualdade que ocorre no DF: enquanto quase 70% dos trabalhadores do DF vivem com menos de três salários mínimos por mês, 0,1% da população (2.184 pessoas) apresenta um patrimônio de 1 milhão de reais, tendo ainda um seleto grupo de 66 pessoas com uma riqueza avaliada em mais de 10 milhões de reais.

Nesta mesma unidade da federação cerca de 3 mil pessoas alimentam-se diariamente do que é jogado fora nos contêineres dos supermercados e nas lixeiras residenciais.

Para desmontar definitivamente a idéia de ilha da fantasia, o DF, em trabalho realizado no ano de 2000 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, aparece como o segundo lugar mais violento do Brasil, em número de casos por grupo de mil habitantes: é o primeiro em furtos, roubo e latrocínios; segundo em furto de veículos; e terceiro em lesão corporal, roubo de veículos, estupro e atentado ao pudor.

A Brasília de verdade, como os brasileiros entendem o DF, é uma unidade da federação na qual o desemprego alcança 19,1% da população economicamente ativa (Dieese, 2001), composta por trabalhadores que lutam por condições de vida que salvaguardem a dignidade humana, o que é reafirmado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1999), quando informa que quase a metade (47,3%) dos adultos empregados no DF começou a trabalhar antes dos 14 (quatorze) anos de idade. Estes indicadores contradizem a idéia veiculada pelos meios de comunicação social, de uma Brasília só com “*lobby*, *conchavo*, *propina* e *jeton*”, como canta o poeta, mas evidencia de maneira inequívoca que o DF em seus 43 anos apresenta práticas sociais excludentes, presentes em nosso país e no “mundo livre” sem fronteiras da globalização financeira.

No dia 28 de dezembro de 1998, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma avaliação feita pelo Datafolha em dez governos no último mês do mandato. O parágrafo que menciona o governador do DF apontava a seguinte contradição em relação ao resultado eleitoral:

[...] o petista Cristovam Buarque (Distrito Federal), tem 58% de “ótimo/bom” e nota 6,3. Se todos os que acham tão boa a sua gestão nele votassem, Buarque teria sido eleito já no primeiro turno. Mas perdeu para Joaquim Roriz (PMDB), no segundo.

Apenas 20% dos entrevistados entenderam a gestão como “ruim/péssimo”, reafirmando a aprovação política de 80% pela população, tendo assim a terceira maior taxa neste item e a quarta menor taxa de reprovação na gestão 1995-1998.

Junto à repercussão política dos programas, uma situação paradoxal instalou-se, e uma relação conflituosa e tensa estabeleceu-se com o movimento sindical, um grande descontentamento em setores entendidos como estratégicos pelo próprio governo, como os de educação e saúde.

O programa Paz no Trânsito começa a submeter os veículos à vida, diminuindo o número de vítimas fatais em acidentes de trânsito, situação observada anteriormente somente em países com uma organização social mais estruturada: ao sinalizar na faixa de pedestres, os carros param para que os cidadãos atravessem; o Saúde em Casa inicia um processo de medicina preventiva; o Bolsa-Escola ganhou projeção nacional e internacional garantindo uma renda mínima para a permanência e conseqüente ampliação das taxas de aprovação no âmbito escolar; a Escola Candanga foi elaborada como proposta político-pedagógica para o ensino público no DF, tendo na Gestão Democrática, através de eleição direta de diretores nas escolas públicas, a possibilidade da comunidade escolar definir os rumos de cada unidade pública de ensino.

A ausência de uma aliança estratégica com os movimentos sociais, priorizando politicamente as articulações com representantes do parlamento local na busca da governabilidade², associada ao populismo dos adversários, com promessas de campanha inexecutáveis, uma prática coronelista, o tráfico de influência, ameaças e chan-

2. Fiori (apud Gohn, 2001, p. 34), aponta que a governabilidade constitui uma categoria “estratégica”, criada pelos intelectuais, de conteúdo normativo, associada à agenda político-econômica liberal conservadora. Isso porque ela acaba preconizando um receituário, que objetiva diminuir a dinâmica do processo democrático para conter os “excessos” nas demandas sociais.

tagens de toda ordem, fragilizaram uma maior consistência das relações com a sociedade civil organizada, formando um caldeirão político que culminou com a derrota eleitoral da Frente Popular no DF, como ficou marcado na greve dos professores³, na qual o estreitamento do debate por posições sectárias bilaterais poucos meses antes do processo eleitoral apontou um profundo desgaste político do governo junto à população.

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Em tempos de hegemonia neoliberal na ordem política e econômica do mundo, a concepção de um Estado mínimo, fundado na ordem e propriedade, encontrando no mercado o seu natural mediador, passa a ser implementada a partir de um conjunto de reformas capitaneadas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo apresentadas às frágeis democracias recém-instaladas na América Latina como o modelo de administração pública; estas teses, conhecidas como o Consenso de Washington, criam parâmetros para o poder público e suas diretrizes de ação.

Com o aprofundamento da crise provocada pelo endividamento crescente, essas instituições passam a intervir diretamente na formulação da política brasileira, condicionando as possibilidades de renegociação da dívida à restrição da presença do poder público na implementação e ampliação na esfera das políticas sociais.

As ações desenvolvidas pelo movimento social organizado, articulado em associações, pela reorganização dos partidos políticos e por meio do movimento sindical, com maior ênfase àquele ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), foram decisivas para que ares democráticos transitassem por todas as esferas institucionais, tendo a partir da Constituinte, criado as condições necessárias e indispensáveis para que a política pública⁴ como um tipo de política so-

3. Iniciada em 23 de abril de 1998. O Sindicato dos Professores no DF (Sinpro-DF), com uma base de mais de 41 mil filiados e ampla representatividade social no DF, coordenou politicamente a greve dos professores da Rede Pública de Ensino que durou 72 dias nos meses de abril, maio e junho, em meio a uma acirrada disputa eleitoral pelo controle político do sindicato, tendo inclusive ocorrido dois escrutínios pela falta de quórum na primeira eleição.

4. O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos (Pereira, 1994, apud Cunha e Cunha, 2002).

cial⁵ passasse a ter um maior espaço de discussão tanto no âmbito social quanto no acadêmico.

A perspectiva de uma sociedade democrática traz a afirmação acadêmica das políticas públicas enquanto área de estudos, levando em consideração questões apontadas por Azevedo (1997, p. 2):

Isto significou, por um lado, ter como cenário a própria crise que perpassava o modo de regulação das sociedades, implicando a abordagem de temáticas como a crise fiscal do Estado e as necessidades de sua reforma, as proposições neoliberais, as ameaças aos estados de bem estar social nas democracias avançadas, a *débâcle* do socialismo real; tudo isso naquilo que se somava no sentido de aprofundar, ainda mais, as precárias condições do nosso estado de "mal-estar-social".

Aproximo-me conceitualmente da mesma autora, quando esta situa as políticas públicas como aquelas que "[...] representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o Estado em Ação"; entende ainda que, em um plano mais concreto, "o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente".

Belloni, Magalhães e Souza (2000) entendem-na como "o conjunto de orientações e ações de um governo com vistas ao alcance de determinados objetivos".

Em diferentes áreas as leituras alusivas às políticas sociais com um viés público se expressaram. Costa (1998) considera política pública "o espaço de tomada de decisão autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesses".

Muller e Surel (2000) entendem a política como ação pública, "[...] designando o processo pelo qual são elaborados e implantados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos".

Argumentam ainda ser uma política pública composta inicialmente por "um conjunto de medidas que constituem a substância visível da política".

Já Pereira, citada por Degennszajh (apud Carvalho et al., 2002), concebe política pública como: "linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declara-

5. Segundo Cunha e Cunha (op. cit.), entendida como "estratégia de intervenção e regulação do Estado no que diz respeito à questão social"; Silva (1999) compreende o conceito de política pública social como as intervenções do Estado voltadas ao atendimento da população como um todo, não apenas a uma classe ou grupo social.

dos e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual”.

Cobb e Elder (2000), argumentam que as políticas públicas são, sem dúvida, um elemento de participação política, que completa, concorre e/ou interage com os modos tradicionalmente consagrados que são o voto ou a militância.

A educação física na condição de área acadêmica, ainda que de maneira tímida, procura desenvolver estudos em diálogo com outras áreas, passando a produzir conhecimento em sintonia com este momento histórico.

A EDUCAÇÃO FÍSICA, O ESPORTE E O LAZER EM UM “GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR”

O restabelecimento democrático no Brasil propiciou condições para que os partidos que compõem o campo popular passassem a ocupar funções estratégicas de gestão do poder público, respaldados pelo sufrágio universal.

O Partido dos Trabalhadores (PT) começa então a coordenar espaços institucionais nas administrações, sistematizando internamente as políticas públicas de educação física, do esporte e do lazer.

Após experiências significativas em âmbito municipal, o programa democrático e popular, a partir de 1995, governa pela primeira vez, simultaneamente, duas unidades da Federação: o Espírito Santo, projeto que foi interrompido por conflitos internos irreconciliáveis, e o Distrito Federal.

O compromisso político de um conjunto de militantes fez com que estas experiências fossem sistematizadas em documentos⁶, culminando com o reconhecimento partidário e a criação de uma instância interna denominada Setorial de Esporte e Lazer⁷.

6. Dentre os diversos documentos produzidos coletivamente, cabe destacar: Carta de Princípios, 1989; O Modo Petista de Governar, Esporte e Lazer, Direito ao Ócio, 1992; Bases do Programa de Governo, Lula Presidente, uma Revolução Democrática no Brasil; Direito à cultura esportiva, 1994; Comitê Nacional de Esporte e Lazer LULA Presidente; 13 Propostas do Governo Lula para o Esporte e o Lazer, 1994; Setorial Nacional Esporte e Lazer do PT, 1995; Movimento Pró Setorial Nacional de Esporte e Lazer, 1999; Resoluções da Conferência Nacional de Esporte e Lazer do PT, 2001; Uma Proposta de Política de Esporte e Lazer para o Brasil, 2002.

7. O Estatuto do Partido dos Trabalhadores, de 2001, traz em seu art. 121 que “os setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados”. Dentre os demais setoriais, o de Esporte e Lazer está vinculado à Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

Dizer é uma maneira de fazer.

José Martí

No DF, o Setorial de Esporte e Lazer convocou plenárias logo após o término do 2º turno em 15 de novembro de 1994, tendo como resultado o entendimento que dois deveriam ser os espaços institucionais priorizados no debate: o Centro de Educação Física e Desporto Escolar (CEFDE), vinculado à Secretaria de Educação, e o Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER), junto à Secretaria de Cultura e Esporte. A equiparação das instâncias, ainda que movida por um acertado princípio de isonomia, que não valorizava a organização hierárquica das funções no governo, demonstrou uma ingenuidade e um equívoco do ponto de vista político, pois o Defer tinha um *status* de secretaria de Estado, com dotação orçamentária específica, sendo o seu diretor ordenador de despesas; já o CEFDE era uma divisão, vinculada a um departamento, de uma fundação ligada a uma secretaria, sendo portanto o espaço de intervenção do Defer aquele de maior visibilidade política, e o mais estratégico do setor no poder público do DF.

Ainda em dezembro, o Setorial já havia concluído o seu trabalho inicial de construção política das duas instâncias, não obstante os equívocos cometidos, como entender que aquele seria o fórum privilegiado de discussão e deliberação, fato que não se configurou como verdadeiro.

Apesar de a discussão ter sido desenvolvida em conjunto, os resultados de uma avaliação política equivocada começaram a ser percebidos em um curto espaço de tempo, pois a decisão pela nomeação do diretor do Defer foi tomada ainda no final do ano, sob a influência do Partido Popular Socialista, legenda a qual pertencia o quadro definido pelo governador, e que também viria a exercer o controle político da Secretaria de Cultura e Esporte.

Passados dois meses do início do novo governo, a direção do CEFDE permanecia inalterada, sendo ocupada por quadros politicamente vinculados ao projeto derrotado eleitoralmente, a despeito dos indícios crescentes de irregularidades administrativas apontadas por inúmeros professores que trabalhavam em escolas próximas ao local de funcionamento do Centro, o que ulteriormente ficou caracterizado em sindicâncias ao longo da gestão.

Quanto aos critérios de composição das direções, no Defer o processo foi sendo articulado por meio da compreensão e dos interesses políticos do diretor, com consultas e convites pontuais; em relação ao CEFDE, a partir da nomeação ocorrida somente em março, foi convocada uma plenária com o Setorial, tendo

como objetivo dar seqüência às discussões iniciadas logo após o processo eleitoral; apesar desta iniciativa, a responsabilidade foi demandada à coordenação do próprio diretor, fato este que demonstrou uma fragilidade política de deliberação coletiva, por parte da instância.

Com este preâmbulo, as perspectivas e as concepções efetivas de um projeto “democrático e popular” começavam a ser delineadas. Passo então a apresentar e analisar o desdobramento das gestões.

O CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO ESCOLAR

A melhor maneira de dizer é fazer.

José Martí

No CEFDE, a intervenção institucional ocorreu de março de 1995 a dezembro de 1998, com atuação formuladora em três dimensões: Esporte educacional, Programas de integração comunitária e Educação física curricular, todas tendo como mediadora a escola pública.

Embora tenha havido dois diretores, um filiado ao Partido dos Trabalhadores, de março de 1995 a maio de 1998, e outro de maio a dezembro de 1998, que já fazia parte da direção, sem filiação partidária, mas vinculado ao Movimento dos Trabalhadores em Educação, a prática política dos dois coletivos de direção assemelhou-se, por meio de uma direção colegiada⁸, tendo como referência as diretrizes constitutivas da *Carta de Princípios* de uma Administração Popular e Democrática no Esporte e Lazer, e dos Treze Pontos para ser Feliz no Esporte e Lazer.

A concepção identificada nesta prática é reafirmada por Pizzorno (apud Gohn, 2001, p. 25), quando afirma que “a participação política é uma ação em solidariedade para com o outro, no âmbito de um estado ou de uma classe, em vista a conservar ou modificar a estrutura do sistema de interesses dominante”.

A democratização do acesso à informação e a efetiva participação nos processos decisórios foram sendo desenvolvidos com a elaboração de um cadastro que garantia aos professores da rede pública o recebimento em casa de uma correspondência com as notificações das plenárias, cursos ou debates. Processo concomitante foi desenvolvido junto a todas às unidades públicas de ensino, asse-

8. A direção colegiada do CEFDE era composta por dez membros: diretor, assessor, responsável pelo Cief, diretora do Clube Escolar, secretária, administrativo, programas comunitários, pedagógico, esporte e assessor.

gurando que ou no local de trabalho ou na residência o professor tivesse acesso em tempo hábil às informações.

A direção ao longo de toda a gestão realizou plenárias de prestação de contas das ações em cada uma das onze Divisões Regionais de Ensino, estabelecendo uma dinâmica de debate permanente, buscando construir uma política descentralizada, superando a cultura da burocratização na qual os ofícios, processos e toda sorte de documentos acabam se sobrepondo a um diálogo com a própria sociedade.

Identifico na construção destes procedimentos uma convergência fundamentada na manifestação de Veronez e Mendes (2001, p. 198):

Uma gestão participativa e democrática; valorizar a participação da população e dos movimentos sociais na gestão das políticas públicas faz parte de um projeto que entende as relações entre esfera de governo e sociedade civil mediadas por uma democracia substantiva, radical, emancipatória, que ultrapassa os limites da representatividade, em situação de corresponsabilidade na definição e fiscalização das políticas públicas.

O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO

O Defer teve dois períodos distintos de gestão, com concepções e práticas políticas divergentes entre si: o primeiro sob a orientação de um quadro do Partido Popular Socialista (PPS), durante 3 anos e quatro meses, de janeiro de 1995 a abril de 1998, e o outro, com a condução de um quadro do Partido dos Trabalhadores (PT), em oito meses de trabalho, de maio a dezembro de 1998.

Em seus dois primeiros anos, o Defer e a Secretaria de Cultura e Esporte estiveram sob a coordenação política do PPS, tendo como mérito a recuperação dos equipamentos situados no Centro Poliesportivo Ayrton Senna, que se encontravam em situação de interdição e completo abandono.

O Estádio Mané Garrincha, interditado em dezembro de 1993, foi reaberto em abril de 1995; já o Ginásio Nilson Néson teve o desabamento de seu teto em janeiro de 1991, permanecendo destruído por 4 anos, com a abertura parcial em novembro de 1995.

Associado ao aumento dos atendimentos e do número de modalidades das escolinhas do Defer no Centro Poliesportivo, a autogestão das Administrações Regionais, preconizada como estratégia de política de esporte na ação governamental, significou um isolamento entre um órgão ordenador de despesas, com dotação orçamentária específica, e as Divisões Regionais de Desporto, Lazer e Turismo (DRDLT), espaço vulnerável nas composições de cada uma das Administrações, mas que representavam as possibilidades de materialização da ação do poder público no esporte e lazer nas cidades.

A autonomia política que o então diretor desfrutava em uma relação direta com o governador garantiu-lhe a nomeação na função de secretário-adjunto de Cultura e Esporte em 1996, passando na prática a ser o secretário de Esporte.

O que se observava é que preponderava uma cultura personalista na gestão, dissociada de uma participação permanente, seja com os partidos que compunham a Frente Popular, seja num esboço de articulação com as demais instâncias governamentais, garantindo condições materiais e políticas para a execução do programa apresentado à sociedade em 1994.

A mudança de orientação política na Secretaria de Cultura e Esporte com a nomeação de um quadro do PT em 1997 deu início a um processo de aproximação administrativa junto à direção, até então “autônoma” do Defer por parte do secretário. Esta ação criou uma expectativa por parte das DRDLTs, do CEFDE, e da administração do Parque da Cidade, que os princípios de uma administração popular e democrática, ainda que tardiamente, pudessem vir a ser implementados.

Neste mesmo momento político, o Setorial elaborou uma proposta de reformulação encaminhada ao secretário de Cultura e Esporte, que deixava clara uma posição que explicitava as divergências e os equívocos, dada a inoperância da ação política daquele setor do governo.

Em suas considerações finais o referido documento apontava a necessidade da implementação imediata das políticas públicas do esporte e lazer, sustentadas na *Carta de Princípios* e nos Treze Pontos, entendendo que diante das evidências do distanciamento da direção do Defer das diretrizes políticas traçadas para o setor, uma mudança na condução do Departamento fazia-se necessária para que os compromissos assumidos junto à população fossem honrados.

Em novembro de 1997, o jornal *Correio Braziliense*, anunciava que o PPS se afastava do governo Cristovam, restando, segundo o jornal, “a inexpressiva direção do Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação”.

Esta decisão não foi suficiente para que acontecessem as mudanças no Defer, precipitadas somente após a decisão política do ingresso daquele partido na então 3ª Via, adversários da Frente Popular no DF.

As condições políticas para que uma mudança de orientação na condução do Defer acontecesse, pouco menos de oito meses do final do mandato estavam dadas.

O Setorial, entre vários nomes possíveis para ocupar a função, entendeu que o então diretor do CEFDE poderia coordenar a mudança; dando seqüência a este processo, foram convocados alguns encontros para definir os critérios de composição não só da direção do Defer, mas também da direção do CEFDE, assim como as estratégias para a ocupação política do Departamento.

No dia 11 de maio, em meio a uma longa greve dos professores⁹, faltando cinco meses para a realização das eleições gerais, e quatro semanas para o início da Copa do Mundo realizada na França, o diretor e o chefe de Gabinete foram empossados pelo secretário de Cultura e Esporte, com os demais membros da direção sendo nomeados nas semanas subseqüentes.

A gestão democrática no âmbito interno, foi elaborada a partir de uma decisão política fundada em uma diretoria colegiada¹⁰, por meio de uma dinâmica administrativa que buscou garantir a transparência nas relações institucionais, com diálogos permanentes envolvendo os demais setores do governo e a sociedade civil ligada à educação física, ao esporte e ao lazer.

Aspectos identificados nas palavras de Pires (2001, p. 36): “Uma nova idéia sobre o modo de governar começa a disputar hegemonia com a visão tradicional, de governo legitimado exclusivamente pelo voto e pelo uso da boa técnica.”

Foi dado início a um processo de articulação política e descentralização orçamentária, envolvendo nesta discussão representantes dos vários segmentos nas esferas da educação física, do esporte e do lazer no Distrito Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dirigentes de uma administração popular e democrática devem ser os protagonistas na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o conjunto da sociedade, materializando ações estratégicas que superem o projeto societário vinculado às diretrizes neoliberais, reafirmando a educação física, o esporte e o lazer como direitos sociais inalienáveis dos cidadãos em nosso país, contribuindo politicamente com métodos e práticas que se aproximem da construção de uma sociedade justa, solidária, referenciada socialmente, que dignifique a vida humana.

Daniel (apud Pires, 2001, p. 64-65) sintetiza de maneira inequívoca a perspectiva que deve nortear uma administração democrática e popular:

Uma proposta de ação para as administrações democráticas e populares que não se esgote em si mesma deve apontar para um novo modelo de sociedade, permitindo vislumbrar

9. As dependências administrativas do Defer estão situadas majoritariamente no Estádio Mané Garrincha, local das assembleias da categoria; quanto à greve, ver nota 3.

10. A direção colegiada do Defer era composta por 16 membros, sendo 15 com funções comissionadas: diretor, chefe de gabinete, dois assessores do gabinete, jurídico e assessoria, administrativo, patrimônio, diretores responsáveis pelo Estádio Mané Garrincha, Ginásio Nílson Nilson, Conjunto Aquático/Ginásio Cláudio Coutinho, descentralização/escolinhas, eventos e assessoria, informática, e um membro sem função comissionada, que se reuniam com periodicidade semanal, com a pauta e as decisões sendo deliberadas coletivamente.

os contornos de uma estratégia transformadora: um socialismo que, negando simultaneamente a opção capitalista – o *status quo* brasileiro, o neoliberalismo ou a social-democracia – e o estatismo do ‘socialismo real’, afirme o caminho da construção de uma sociedade radicalmente democrática – onde a democracia assuma valor estratégico, meio e fim a alcançar. [...] Nessa disputa – que, conforme se afiou, pressupõe uma ruptura com o poder econômico – o fundamental é assumir o embate com os valores que sustentam a hegemonia conservadora no nível local, negando-os ao afirmar os termos de uma nova cultura política.

Public policy on physical education, sport and leisure: tensions and challenges of a project against ruling class of the capital city, 1995 – 1998

ABSTRACT: This essay is a piece of research into the public policy on physical education, sport and leisure adopted by Cristovam Buarque, the governor of Brasilia between 1995 and 1998. The establishment of principles, materialized through actions within the above-mentioned segment, has to do with a new perspective on public interest, openness, universality, and administrative decentralization, in spite of internal contradictions within the “democratic and popular rule” and despite the late actions from strategic sections of the government which delayed the adoption of the social approach to physical education, sport and leisure.

KEY-WORDS: Public policy; physical education; sport and leisure

Políticas públicas de educación física, deporte y tiempo libre: tensiones y desafíos de un proyecto contra el poder hegemónico en el distrito federal, 1995 - 1998

RESUMEN: El artículo investiga el proceso de manejo de políticas públicas de educación física, deportes y tiempo libre por parte del gobierno de Cristovam Buarque en el Distrito Federal, de 1995 a 1998. El establecimiento de principios concretados en acciones en dicho segmento muestra perspectivas de un manejo impersonal volcado hacia el interés público y la descentralización administrativa, a pesar de las contradicciones internas y la tardía iniciativa de los sectores más estratégicos del “gobierno democrático y popular” en lo que concierne a la concepción de la educación física, deporte y tiempo libre como derecho social.

PALABRAS CLAVE: Políticas públicas; educación física; deporte y tiempo libre.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de, SOUSA; Luzia Costa de. *Metodologia de avaliação em políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2000.

- CARVALHO, Alysso et al. (Orgs.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2002.
- COBB; ELDER. [apud MULLER, Pierre; SUREL, Yves]. *A análise das política pública*. Pelotas: Educat, 2002.
- COSTA, Nilson do Rosário. *Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysso et al. (Orgs.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: UFMG, Proex, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001, Coleção Questões da nossa época, v. 84.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil em Síntese, Síntese Preliminar do Censo Demográfico de 2000. Brasília, 2001.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. *A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira*. Campinas: FE/ Unicamp, R. Vieira, 2000.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. Trad. de Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. *A análise das política pública*. Pelotas: Educat, 2002.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Encontros Setoriais*. Diretório Nacional, São Paulo, setembro de 2001.
- PIRES, Valdemir. *Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz*. Barueri: Manole, 2001.
- SILVA, Paulo Trindade Nerys. São as políticas públicas efetivamente políticas "sociais"?. *Revista Motrivivência*, Florianópolis: CDS/UFSC, maio 1999.
- VERONEZ, Luiz Fernando Camargo; MENDES, Valdelaine da Rosa. Lazer, movimentos sociais e políticas públicas. In: FERRARO, Alceu Ravello; RIBEIRO, Marlene (Orgs.). *Trabalho, educação, lazer: construindo políticas públicas*. Pelotas: Educat, 2001.

Recebido: 30 nov. 2002

Aprovado: 8 jan. 2003

Endereço para correspondência
Roberto Lião Junior
AQS 415, Bloco J, apto 110
Brasília – DF
CEP 70298-110